

-----**ACTA Nº 21/2009**-----

-----**DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA DE 17 AGOSTO DE 2009**-----

-----Aos dezassete dias do mês de Agosto do ano de dois mil e nove, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

----- Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente, Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha e José Carlos da Silva.-----

-----Faltou o Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos, cuja falta foi considerada justificada.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----Verificou-se a assistência de público. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha pediu a intervenção no Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que o Regimento é para cumprir e que a Senhora Vereadora Manuela Cunha tem cinco minutos para falar. Perguntou também se havia mais algum Vereador que pretendia inscrever-se para usar da palavra.-----

-----Inscreveu-se a Senhora Vereadora Manuela Cunha que usou da palavra e disse: "Pretendo dizer com todas as palavras, que os três elementos do Partido Socialista vão ser por mim apelidados de criminosos, mentirosos, manhosos, irresponsáveis e ignorantes, como elementos deste Executivo, relativo às obras e crime ambiental.-----

-----1º Criminosos - porque cortaram dezenas de árvores adultas, que levam anos a crescer e que são tão necessárias;-----

-----2º Mentiroso, porque o Senhor Vereador Pedro Ribeiro assegurou em reunião pública, que ficava uma fila de árvores inteira e que outra seria transplantadas;-----

-----3º Irresponsáveis e ignorantes porque hoje toda a gente sabe até as crianças, a importância das árvores para as alterações climáticas;-----

-----4º Manhosos - Porque este abate só se justifica pelo negócio, tal como na Rua Dionísio Saraiva. É de perguntar se há mais gente com lareiras, neste Executivo."-----

-----A Autarca oradora perguntou o que se passa com os terrenos que foram doados ao Centro Paroquial, para construção do Lar.---

-----De referir que a Senhora Vereadora Manuela Cunha deu-me cópia dos tópicos de cada alínea que serviram para transcrever para a acta.-----

-----Às quinze horas e seis minutos entrou a Senhora Vereadora Joana Vidinha.-----

-----O Senhor Presidente referiu que: "Os apelidos que a Senhora Vereadora Manuela Cunha disse, sabe muito bem o que se iria passar porque o projecto esteve aqui no Executivo. Criminoso foi cortar árvores naquela Praça porque incomodavam a Senhora Vereadora."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha respondeu que o Senhor Presidente acabaria em Tribunal se voltasse a proferir a mesma acusação sem fundamento que proferiu na Assembleia Municipal.---

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências: Hermenegido José Paulino Martins, cinquenta; Figueiredo & Fauzino, Construções Lda, cinquenta e um; Leocádia Branco de Almeida Coelho, cinquenta e dois; Predialmeirim - Sociedade Imobiliária de Almeirim, Lda, cinquenta e quatro; todos de dois mil e nove.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos na globalidade, respeitantes aos processos de obras a seguir discriminados, ao abrigo da delegação de competências:-----

----Aqueciliz, Cimatizações Lda; setenta e oito-A de dois mil e cinco; Silvina Maria Nabiça Mateus Neves Calçada, quatro de dois mil e oito; Cátia Alexandra Tainha Delgado, dezoito de dois mil e oito; Pequenos Recantos - Construção Civil, Lda - oitenta e sete de dois mil e oito; José Joaquim do Rosário Vareta - cento e sete de dois mil e oito; Romeu José Loureiro da Gaga - cento e nove de dois mil e oito; e cento e dez de dois mil e oito.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----CONTRATO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO DE 261.904,00 € - Foi presente a informação do Técnico Superior, Gilberto de Jesus Xavier, como segue: "Para completar o processo com vista a solicitar o visto do Tribunal de Contas, é necessário a aprovação das cláusulas contratuais em reunião do Executivo."---

-----Acompanha a informação o clausulado do contrato, que a seguir se transcreve:"**CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ENTRE O BANCO BPI E O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM ATÉ AO MONTANTE DE EUR duzentos e sessenta e um mil novecentos e quatro euros.**-----

-----**Entre:**-----

-----**PRIMEIRO** - José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, que outorga na qualidade de Presidente e em representação do **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM**, adiante designado por **MUTUÁRIO**.-----

-----e-----

-----**SEGUNDO** - Mário João Pereira Gama e Maria Susana de Melo Coelho Dinis da Fonseca Martins Marques, que outorgam em nome e representação do **BANCO BPI, S.A.** sociedade aberta, com sede na -
-----Rua Tenente Valadim, nº 284 - 4100 - 476 PORTO, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o número único de matrícula e de Identificação Fiscal 501 214 534, com o capital social de 900.000.000,00 de euros adiante designado por **BANCO**,-----

É celebrado o presente **contrato de empréstimo**, sob a forma de **abertura de crédito**, que as partes se comprometem a cumprir pontual e integralmente:-----

-----**CLÁUSULA 1ª**-----

(MONTANTE)-----

O **BANCO** concede ao **MUTUÁRIO** um empréstimo, sob a forma de abertura de crédito, até ao montante de Euros **261.904,00** (**duzentos e sessenta e um mil, novecentos e quatro euros**).-----

-----**CLÁUSULA 2ª**-----

(FINALIDADE)-----

1. O empréstimo é destinado, exclusivamente, a financiar a execução de investimento no projecto seguinte:-----

- Requalificação da Praça Lourenço de Carvalho de Almeirim	Eur 261.904,00
---	-------------------

-----**2.** Ao **BANCO** fica assegurado o direito de fiscalizar, pela forma que julgar apropriada, a correcta aplicação dos fundos que faculta através do presente contrato, nos termos do disposto no número anterior.-----

-----**CLÁUSULA 3ª**-----

(CONDIÇÕES PRÉVIAS À PRODUÇÃO DE EFEITOS DO CONTRATO)-----

-----1. O presente contrato entrará em vigor na data da obtenção do visto por parte do Tribunal de Contas, devendo o MUTUÁRIO apresentar ao BANCO os seguintes documentos:-----

-----Certidão ou fotocópia autenticada da Acta da Assembleia Municipal a aprovar contratação da presente abertura de crédito, indicando, designadamente, o montante e a finalidade.-----

-----a) Prova de obtenção do Visto do Tribunal de Contas, nos termos da lei em vigor.-----

-----b) Ofício da Câmara solicitando a disponibilização de verbas.-----

-----2. Todos os documentos emanados do **MUTUÁRIO** devem ser assinados e autenticados com o respectivo selo branco.-----

-----CLÁUSULA 4ª-----

----- (UTILIZAÇÃO) -----

-----1. A utilização do empréstimo ocorrerá no prazo de **3 anos** a contar da data da obtenção do visto do Tribunal de Contas, devendo ser precedida de solicitação escrita do **MUTUÁRIO** ao **BANCO**, com a antecedência mínima de três dias úteis.-----

-----2. O pedido de utilização apresentado nos termos do número anterior, deverá indicar claramente (i) a aplicação a dar aos fundos (ii) a data prevista para a utilização; (iii) e o montante da utilização.-----

-----3. O crédito será utilizado à medida da execução dos trabalhos, no prazo máximo de 36 meses, após a data do visto do Tribunal de Contas, podendo durante esse prazo, ser efectuadas utilizações e amortizações de capital, até ao limite máximo estabelecido na cláusula primeira.-----

-----4. A utilização será efectuada através da conta nº 2-1875070-001-001 de que o **MUTUÁRIO** é titular junto do **BANCO**.-----

-----5. Aquando da primeira utilização de capital pelo **MUTUÁRIO**, o **BANCO**, fica desde já irrevogavelmente autorizado a debitar a conta referida no número 4 anterior, pelo montante de Euros 1.500,00 (mil e quinhentos euros) referente a " Comissão de Organização e Montagem ".CLÁUSULA 5ª-----

-----**(CONTAGEM E VENCIMENTO DE JUROS)**-----

-----1. Sobre o montante em dívida no início de cada período de contagem de juros, vencer-se-ão juros calculados dia a dia, tomando por base um ano de 360 dias.-----

-----2. Os juros serão pagos **semestralmente** e postecipadamente, sendo que, após o período de carência, conjuntamente com as prestações de reembolso de capital.-----

-----**CLÁUSULA 6ª**-----

-----**(TAXA DE JURO)**-----

-----1. O crédito vence juros à taxa nominal correspondente à **Euribor** a **seis meses**, base 360, em vigor no segundo dia útil anterior à data de início de cada período de contagem de juros, acrescida de uma margem (spread) de **1,925%** o que na presente data corresponde a 3,259, sendo a T.A.E. (calculada nos termos do DL 220/94 de 23 de Agosto) de 3,356%-----

-----2. A taxa de juro referida no número anterior poderá ser objecto das alterações que as partes entre si acordem, nomeadamente a alteração para o regime de taxa de juro fixa, desde que tal alteração seja acordada por escrito e formalizada com uma antecedência mínima de cinco dias em relação ao início de um período de juros.-----

-----3. Caso ocorra a opção pela alteração do regime de taxa de juro, nos termos previstos no ponto anterior, o **MUTUÁRIO** obriga-se a subscrever a documentação que se revele necessária e adequada para o efeito, sendo em qualquer caso o spread aplicável de 1,925%.-----

-----4. Sempre que, durante um período de contagem de juros, ocorra alteração no Mercado Monetário Interbancário, o Banco reserva-se o direito de alterar a taxa de juro a aplicar mediante um pré-aviso escrito ao **MUTUÁRIO**.-----

-----5. A nova taxa de juro corresponderá à taxa média verificada no Mercado Monetário Interbancário para operações de prazo idêntico ao do indexante referido no ponto 1 da presente Cláusula, calculada com base nas taxas divulgadas na Reuters, acrescida do spread que vigorar nos termos previstos no mesmo

ponto, tendo, em consequência, o **MUTUÁRIO** a faculdade de resolver o presente contrato, com fundamento nesta situação.----

-----6. Para efeitos desta cláusula, considera-se existir uma alteração no Mercado Monetário Interbancário, sempre que a variação das taxas de juro para as operações de prazo idêntico ao do indexante referido no ponto 1 anterior for superior a 0,5%.-----

-----CLÁUSULA 7ª-----

----- (MORA) -----

-----Sem prejuízo do disposto na clausula 11ª, em caso de mora, no reembolso do capital do empréstimo ou no pagamento de qualquer outra prestação pecuniária dele emergente, sobre o montante em mora e durante o tempo em que a mora se verificar, incidirá a taxa de juro nominal fixada na Cláusula 6ª deste contrato, acrescida, a título de cláusula penal, de quatro por cento ao ano ou da sobretaxa legal máxima que no momento estiver em vigor.-----

-----CLÁUSULA 8ª-----

----- (PRAZO E REEMBOLSO) -----

-----1. O prazo total do presente empréstimo é de **20 anos** a contar da data do visto do Tribunal de Contas.-----

-----2. O empréstimo será pago em 34 prestações constantes de capital e juros, semestrais, sucessivas e postecipadas, vencendo-se a primeira prestação seis meses após o termo do período de utilização, isto é, 42 meses da data de entrada em vigor do contrato.-----

-----3. A antecipação da amortização, total ou parcial, do presente empréstimo, sem qualquer penalização para o **MUTUÁRIO**, só poderá ocorrer no final de cada período de contagem de juros, sendo necessário um aviso prévio do **MUTUÁRIO** nesse sentido, com um mínimo de 30 dias relativamente a essa data.-----

-----4. No caso de se encontrar em vigor regime de taxa de juro fixa ou taxa variável colateralizada por operação de cobertura de taxa de juro, conforme disposto na cláusula 6ª ponto 2. do presente contrato, o reembolso antecipado estará sujeito às

condições que se verifiquem nos mercados monetários e financeiros nas datas pretendidas para o reembolso (total ou parcial).-----

-----5. O reembolso do empréstimo, o pagamento dos juros, bem como o de todas as outras verbas previstas neste contrato serão efectuadas através da conta identificada no n.º 4 da Clausula 4ª.-----

-----6. As quantias recebidas pelo **BANCO** ao abrigo do presente contrato serão imputadas, sucessivamente, no pagamento de despesas, impostos e encargos, indemnizações, juros e capital.--

-----7. Os montantes reembolsados não poderão ser reutilizados.

-----CLÁUSULA 9ª-----

-----**(OBRIGAÇÃO DE AFECTAÇÃO DE RECEITAS)**-----

-----O **MUTUÁRIO** obriga-se a, até ao limite legalmente admissível, afectar ao cumprimento das obrigações pecuniárias que para si emergem do presente contrato, as suas receitas no valor que se revelar necessário para o efeito.-----

-----CLÁUSULA 10ª-----

-----**(PARI PASSU)**-----

-----O **MUTUÁRIO** declara e obriga-se para com o **BANCO** a tratar os créditos emergentes das obrigações assumidas no presente contrato em paridade com o conferido às demais obrigações e compromissos assumidos pelo **MUTUÁRIO** nomeadamente no que diz respeito à prestação de quaisquer garantias, reais ou obrigacionais.-----

-----CLÁUSULA 11ª-----

-----**(VENCIMENTO ANTECIPADO)**-----

-----O não cumprimento pelo **MUTUÁRIO**, junto do **BANCO**, de qualquer das obrigações, pecuniárias ou de outra espécie, derivadas do presente contrato, confere ao **BANCO** o direito de não proceder a quaisquer desembolsos adicionais bem como o direito de exigir o imediato e automático vencimento deste contrato e, conseqüentemente, a exigibilidade de tudo quanto, no âmbito do mesmo, constitua o crédito do **BANCO**, passando todo o montante a vencer juros à taxa nominal prevista na cláusula Sexta acrescida

da sobretaxa de mora referida na cláusula Sétima.-----

-----CLÁUSULA 12ª-----

-----**(EXTRACTOS DE CONTA)**-----

-----Os extractos de conta relativos ao presente contrato, emitidos pelo **BANCO** serão documento suficiente para a determinação do montante em dívida, tendo em vista a exigência ou reclamação judicial ou extra-judicial dos créditos do **BANCO**, considerando-se para todos os efeitos parte integrante do presente contrato.-----

-----CLÁUSULA 13ª-----

-----**(CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL)**-----

-----O **MUTUÁRIO** autoriza o **BANCO** a ceder a favor de outra Instituição de Crédito de primeira ordem ou de outras Instituições de Crédito de primeira ordem, neste caso através da sindicância da operação, a sua posição no presente contrato, mediante notificação ao **MUTUÁRIO** com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data de início de um período de contagem de juros, e, desde que, não resulte alteração das condições constantes no presente contrato.-----

-----CLÁUSULA 14ª-----

-----**(FORO)**-----

-----Para todas as questões emergentes deste contrato é estipulado o foro da comarca de Lisboa.-----

-----Feito em duas vias devidamente rubricadas e assinadas, destinadas a cada uma das partes.-----

-----Lisboa, 26 de Junho de 2009-----

-----**BANCO BPI, S.A.**-----

-----**MUNICÍPIO DE ALMEIRIM.**-----

-----Posto à votação o clausulado para celebração do contrato com o BPI no valor de duzentos e sessenta e um mil novecentos e quatro euros, acima transcrito, foi o mesmo aprovado por maioria com quatro votos a favor da bancada do PS e os votos contra dos Senhores Vereadores Manuela Cunha e Francisco Maurício.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: "Voto contra e só posso votar contra o

clausulado deste empréstimo porque ele vem legitimar um empréstimo para uma obra que como todos os cidadãos poderão desde já verificar, consubstancia um verdadeiro crime ambiental desnecessário, para além da obra representar uma das pazadas para cavar o tumulto do comércio local.-----

-----Considero ainda, como sempre o afirmei, que esta obra nunca se poderia ter realizado sem criar alternativas credíveis e prévias à obra, no sentido de resolver o problema do estacionamento. Esta é uma obra que pretende ser uma obra eleitoral, mas nunca se sabe, as pazadas podem abrir covas que não sejam só para os comerciantes."-----

----- O Senhor Vereador Francisco Maurício, leu a declaração de voto que abaixo transcrevo e cuja cópia me entregou: "O destino desta verba, destina-se à criminosa "Requalificação da Praça Lourenço de Carvalho". Mais um "*Serviço Público*" daqueles dos que V^a Ex^a nos habituou.-----

-----Em consonância com todas as minhas posições anteriores, no que à Praça Lourenço de Carvalho diz respeito, voto contra e faço voto de vencido porque acho que é um péssimo projecto que não vai de encontro às necessidades do local, nem aos interesses do Concelho. A proximidade do Jardim da República não justifica, de maneira nenhuma esta intervenção.-----

-----Reduz quase totalmente o estacionamento, prejudicando grandemente o comércio e os serviços locais, não tem em conta o futuro funcionamento da esplanada, pois não a contempla com casas de banho nem arrecadação, é atravessada por uma via que tem o aspecto de ser "rápida", o que não é aconselhável para o local e tem um preço muito elevado oitocentos e quarenta e nove mil duzentos e dois euros e sessenta e oito cêntimos que, considero um luxo desnecessário tendo em conta o momento de crise que atravessamos e a falta de bom gosto na intervenção proposta. Esta intervenção só tem fins de propaganda eleitoral que vai ser custeada por todos nós."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Eu voto a favor em coerência com votos anteriores em que

aprovei o pedido de financiamento porque se destina à requalificação de uma Praça que vai dignificar a cidade na Zona por excelência do comércio tradicional e dos serviços.-----

-----Esta requalificação defende o estacionamento de apoio ao comércio e os automóveis habitualmente depositados naquele espaço (a sua grande maioria) têm estacionamento alternativo na Rua Bernardo Gonçalves, na Rua Gonçalo da Silveira e no parque que está em conclusão na Rua do Paço. Só resultaram portanto, benefícios para quem está estabelecido nesta Praça."-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: " Na sequência do Relatório Final apresentado pelo Júri de Procedimento, e em cumprimento do artigo 148, nº 4 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro, conjugado com a alínea q) DO Nº 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redacção introduzida pela Lei 5 A/2002, de 11 de Janeiro, proponho a aprovação do presente Relatório, bem como, a consequente adjudicação da empreitada CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM, ao empreiteiro José Manuel Silva Fidalgo, na sua proposta pelo valor de um milhão seiscentos e sessenta e nove mil e vinte cinco euros e nove cêntimos (1.669.025,09 €)."-

-----Anexa a presente proposta, Relatório Final do ajuste directo para a empreitada acima referida, conforme estipula o artigo 112 e seguintes do Código de Contratos Públicos aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro e ao abrigo do artigo nº 124 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto -Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, como se indica: " Refere-se o presente relatório final, a um Ajuste Directo para a CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM ao abrigo do artigo 112º e seguintes do Código de Contractos Públicos aprovado pelo D.L. nº 18/2008, de 29 de Janeiro.-----

----- Corrido o prazo previsto para a audiência prévia, foi, ao

abrigo desta, recepcionada uma reclamação de José Manuel da Silva Fidalgo, onde este alega não ter o Júri considerado o valor correcto de proposta já que é de um milhão seiscentos e sessenta e nove mil vinte e cinco euros e nove cêntimos (1.1669.025,09€) considerando o valor por ele proposto para os erros e omissões. Feita a análise à exposição entendeu o Júri, dar provimento à reclamação. Considerando, contudo, que não há alteração do posicionamento relativo entre os dois concorrentes admitidos a concurso, não será feita nova audiência prévia, como previsto no no dois (2) do artigo 124º do Decreto - Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. Assim:-----

----- 1. Propostas entregues dentro do prazo.-

----- 1.1 TECNITEJO-----

-----1.2 José Manuel Silva Fidalgo-----

-----1.3 ECO EDIFICA-----

-----A proposta da Tecnitejo foi recepcionada às dezasseis horas e dois minutos (16.02 horas) (de acordo com a anotação no envelope da proposta), contudo, o júri, entendeu não valorizar os dois (2) minutos entendendo que estes podem decorrer de um pequeno desacerto do relógio do funcionário que recepcionou as propostas.-----

-----2. Critério de análise das propostas, para efeitos de adjudicação, conforme o ponto doze (12) do anúncio publicado em D.R., bem como do ponto quinze (15) do Programa de Concurso e ainda conforme os esclarecimentos prestados a todos os concorrentes:-----

-----Menor Preço-----

-----3. Constituição do Júri:-----

----- António Xavier Martins da Rocha Pinto - Presidente-----

----- António Joaquim Pisco - Secretário-----

-----Manuel Caipira - Vogal-----

-----4. Apreciação-----

-----4.1 Da análise efectuada, se constatou, que o concorrente ECO EDIFICA, viola a alínea d) do nº 2 do artigo 70 do Código de Contratos Públicos aprovado pelo D.L. nº 18/2008,

de 29 de Janeiro, isto é, propõe um preço contratual superior ao preço base, que é de um milhão setecentos e cinquenta e seis mil novecentos e quarenta e seis euros e vinte e três cêntimos tendo apresentado um valor de dois milhões duzentos e trinta e três mil setecentos e noventa e seis euros e trinta e um cêntimos a que acresce o valor de catorze mil seiscentos e cinquenta e oito euros e quatro cêntimos (14.658, 04€) pelo que se considera desde já excluídas estas propostas.-----

-----Nenhuma proposta apresenta preço anormalmente baixo, de acordo com o critério previsto na alínea a) do nº 1 do artigo setenta e um do Código de Contratos Públicos aprovado pelo D.L. nº dezoito/2008, de 29 de Janeiro-----

-----4.2 Os outros concorrentes responderam ao que era solicitado no Caderno de Encargos. Em concreto a TECNITEJO apresentou um valor de um milhão setecentos e vinte e quatro mil e setecentos e sessenta e um euros e cinco cêntimos (1.724.761,05€) com seis mil trezentos e sessenta e sete euros e sessenta cêntimos (6.367,60€) de erros e omissões e José Manuel Silva Fidalgo apresentou um valor de um milhão seiscentos e sessenta e nove mil e vinte e cinco euros e nove cêntimos (1.669.025,09€) incluindo doze mil cento e sessenta e cinco euros e noventa cêntimos (12.165,90€) de erros e omissões.-----

-----Não foram pedidos, pelo Júri, esclarecimentos aos concorrentes sobre as suas propostas.-----

-----Cumprindo o disposto no artigo cento e vinte e dois (conjugado com o disposto no nº 1 do artigo cento e vinte e três), do Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de vinte e nove de Janeiro, o Júri do Procedimento, considerando que, pelo critério de análise das propostas (menor preço) a proposta apresentada pelo concorrente José Manuel Silva Fidalgo., é a de menor valor, propõe que lhe seja feita a adjudicação pelo valor de 1.669.025,09€ (um milhão seiscentos e sessenta e nove mil e vinte e cinco euros e nove cêntimos), a que acresce o IVA à taxa em vigor.-----

-----Envia-se assim, o presente relatório, à Câmara Municipal,

órgão competente para a decisão de contratar, para efeitos de deliberação da adjudicação."-----

-----É também anexo, o ofício de José Manuel Silva Fidalgo, que a seguir se transcreve: " Após recepção de Vosso Fax N° quarenta e cinco datado de vinte e um de Julho de dois mil e nove, venho por este meio informar que o valor apresentado pela nossa empresa é de um milhão seiscentos e cinquenta e seis mil oitocentos e cinquenta e nove euros e doze cêntimos (1.656.859,12€) acrescido de doze mil cento e sessenta e cinco euros e noventa e sete cêntimos (12.165,97€) de erros e omissões, o que soma um valor total de um milhão seiscentos e sessenta e nove mil e vinte e cinco euros e nove cêntimos (1.669.025,09€) e não um valor de um milhão seiscentos e oitenta e um mil e cento e noventa e um euros e seis cêntimos (1.681.191,06€) como apresentado por vós."-----

-----De referir que os documentos referentes a este assunto, estiveram para consulta no Gabinete dos Senhores Vereadores.----

-----Posta à votação a proposta acima transcrita, foi a mesma aprovada com quatro votos a favor da bancada do PS, a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha e o voto contra do Senhor Vereador Francisco Maurício, que leu a declaração de voto cuja cópia me entregou e que a seguir transcrevo: "Voto contra e faço voto de vencido, devido à localização prevista da Escola. Não questiono a sua necessidade e importância nem, tão pouco a adjudicação proposta. Por uma questão de ética e falta de legitimidade, acho que este assunto deveria ser tratado pelo próximo Executivo. Noto, no entanto que não nos foi facultado qualquer documento onde constasse a aprovação, no âmbito da QREN, deste Centro Escolar. Gostaria de obter cópia desta suposta aprovação."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: "Considerando com a necessidade de construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim e com a melhoria que daí pode advir para as condições de aprendizagem das nossas crianças, não posso votar favoravelmente esta

adjudicação pelas seguintes razões:-----
-----Primeiro, tal como disse no primeiro dia a rua não é a melhor devido à sua falta de largura e às implicações que daí advêm para o estacionamento.-----
-----Segundo, pela falta de transparência nos procedimentos de adjudicação, nomeadamente a tentativa de esconder aos membros da oposição, tapando nos documentos apresentados e para consulta deste Executivo com um corrector o nome da empresa que apresentou os erros e omissões. -----
----- Por outro lado, tal como solicitei aquando da aprovação do empréstimo, não me foi apresentada a prova do projecto ter sido contemplado com fundos comunitários. Documentos esses necessários tal como a própria proposta o referia.-----
-----Para findar houve uma alteração do preço base após uma consulta às empresas, o que na minha opinião consubstancia uma irregularidade."-----
-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto:---
-----" Voto a favor por se tratar de uma obra absolutamente indispensável e prioritária na estratégia de qualquer Executivo.-----
-----Prioritária porque é uma infraestrutura que vai contribuir para a valorização do ensino no nosso Concelho e prioritária também a aplicação dos Fundos Comunitários do âmbito do QREN. Tão prioritária que os financiamentos bancários obtidos para a sua construção não contam para a capacidade de endividamento.---
-----Quanto à sua localização, discutida que foi com a Junta de Freguesia, entendeu-se ser local central com evidentes benefícios para os custos com eventuais transportes escolares e ainda porque a localização integra parcela de terreno que já é propriedade da Junta de Freguesia, adquirida por Executivo anterior, sem qualquer objectivo como utilização."-----
-----Esta deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----ALTERAÇÃO DO DESENHO URBANO DO LOTEAMENTO DE PAÇO DOS NEGROS - O Senhor Presidente apresentou a alteração do desenho

urbano do loteamento de Paço dos Negros, elaborada pelo Senhor Arquitecto Artur Álvaro dos Santos Sampaio da Costa, para concretizar a deliberação de dezoito de Agosto de dois mil e oito. A alteração pretende satisfazer um pedido de Maria Judite Coutinho Garcia de união de vários lotes num único lote, para instalação de equipamento destinado à terceira idade.-----

-----De referir que a alteração ao Loteamento de Paço dos Negros esteve para consulta no Gabinete dos Senhores Vereadores.-----

-----Posta à votação a alteração do desenho urbano acima indicado, foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos a favor da bancada do PS, e o voto contra e de vencido do Senhor Vereador Francisco Maurício e a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a declaração de voto que abaixo transcrevo, da qual me deu cópia:" À semelhança da minha posição tomada em dezoito de Agosto de dois mil e oito, Voto Contra e faço Voto de Vencido, pois trata-se de dar satisfação às pretensões de um particular, de modo avulso e sem obedecer a qualquer tipo de visão de futuro, de ordenamento urbanístico com rigor e seriedade, que há muito se exige.-----

-----Paço dos Negros exige com toda a urgência que seja elaborado um Plano de Urbanização global e estratégico para toda a localidade, que possa dar satisfação às reais necessidades da população e não de medidas avulsas que apenas e só favorecem o poder de " discricionariiedade", geradoras de injustiças e de acções persecutórias sobre os cidadãos limitadoras do desenvolvimento e porventura geradoras beneficio de interesses particulares e de " eventuais situações de corrupção".-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: "Abstenho-me atendendo ao facto de não ter tido tempo para ir na quinta ou na sexta-feira ler o processo. No entanto solicito que o mesmo processo seja deixado no meu Gabinete amanhã de manhã, de forma a consulta-lo."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Começo por fazer uma correcção à proposta do Senhor Vereador

Francisco Maurício de que o plano que ele recomendou não é um plano de urbanização para a localidade de Paço dos Negros.-----

-----Voto a favor por se tratar de uma iniciativa privada e de um bom investimento para Paço dos Negros e em que a proponente se propõe adquirir um conjunto de lotes destinados a habitação e pelo preço que está estipulado em deliberação de Câmara, não vem portanto beneficiar de qualquer benesse em particular."-----

-----CLAUSULADO DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM TURISMO DE LISBOA E VALE DO TEJO - O Senhor Presidente apresentou o clausulado de protocolo a celebrar com "Turismo de Lisboa e Vale do Tejo", que a seguir se transcreve: "PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE A TURISMO DE LISBOA E VALE DO TEJO E O MUNICÍPIO DE [...]-----

-----ENTRE-----
-----A Turismo de Lisboa e Vale do Tejo (T-LVT), adiante designada abreviadamente por "T-LVT", pessoa colectiva de directo público N° 508821509, com sede na Casa do Campino, Campo Infante da Câmara, em Santarém, representada neste acto pelo Ex.mo Senhor Dr. Joaquim Luís Rosa do Céu, outorgando na qualidade de Presidente da Direcção, com poderes necessários e suficientes para o acto, por força do disposto na alínea a) do n° 1 do artigo 29° dos Estatutos da Turismo de Lisboa e Vale do Tejo (T-LVT), aprovados em anexo à Portaria n° 940/2008, de 21 de Agosto;-----

-----E-----
-----O Município de [...], adiante designado abreviadamente por "Município", pessoa colectiva de direito público n° [...], com sede na [...], em [...], representado neste acto pelo Exmo Senhor [...], outorgando na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de [...], com poderes necessário e suficientes para o acto do disposto na alínea a) do n° 1 do artigo 68° da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n° 5-A/2002, de onze de Janeiro;-----

-----Doravante abreviada e conjuntamente designado por

"Partes";-----
-----É LIVREMENTE E DE BOA FÉ CELEBRADO E REDUZIDO A ESCRITO O
PRESENTE PROTOCOLO DE PARCERIA, QUE SE REGE PELAS CLÁUSULAS
SEGUINTE:-----
-----Parte I Da parceria no planeamento turístico-----
-----Clausula Primeira-----
-----Plano estratégico de desenvolvimento turístico-----
-----O Município participará na elaboração, e posterior
implementação, do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico
da Área Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo , da
responsabilidade da T-LVT.-----
-----Clausula Segunda-----
-----Observatório da actividade turística-----
-----A T-LVT compromete-se a que no protocolo a desenvolver com
a Associação de turismo de Lisboa - ATL, relativo ao
observatório - Turismo de Lisboa, sejam tidos em consideração,
na amostra a definir, dados estatísticos respeitantes à oferta
turística do Município possibilitando-lhe dispor permanentemente
de informação rigorosa sobre os principais indicadores do sector
de turismo.-----
-----Cláusula Terceira-----
-----Sinalização turística-----
-----O Município participará na avaliação da situação actual da
sinalização turística na Área Regional de Turismo de Lisboa e
Vale do Tejo da responsabilidade da T-LVT, bem como na execução
prática das medidas que, em função da avaliação efectuada,
venham a ser adoptadas.-----
-----Cláusula Quarta-----
-----Base de dados da oferta e dos recursos e produtos
turísticos regionais-----
-----O Município participará na construção, e posterior
actualização permanente, da Base de Dados da Oferta e dos
Recursos e Produtos Turísticos da área Regional de Turismo de
Lisboa e vale do Tejo, da responsabilidade da T-LVT.-----
-----Cláusula Quinta-----

-----Instrumentos de Gestão territorial-----
-----AT-LVT pode, mediante expressa solicitação do Município, prestar apoio e aconselhamento técnico na elaboração/alteração ou revisão de instrumentos de gestão territorial da responsabilidade do Município, nomeadamente o Plano Director Municipal, na medida em que se relacionem com a actividade turística.-----

-----Parte II-----

----Da parceria na dinamização e gestão dos produtos turísticos regionais-----

-----Cláusula sexta-----

-----Diagnóstico e evolução dos produtos turísticos-----

-----1.As Partes farão um levantamento e uma posterior avaliação, devidamente enquadrada na oferta turística global da Área Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, dos recursos e produtos turísticos do Município, por forma a que se diagnostique, à escala local e à escala regional, o grau de desenvolvimento e competitividade dos recursos e produtos turísticos existentes e se definam medidas concretas relativamente aos mesmos, nomeadamente, as que visem a evolução de algum, ou alguns, dos recursos de potencial bastante, para produtos turísticos. -----

-----2.As Partes darão prossecução ao previsto número anterior concedendo especial atenção ao[s] recurso(s) (...) e ao[s] produto[s] [...].-----

-----Parte III-----

-----Da parceria na promoção turística no mercado interno-----

-----Cláusula sétima-----

-----Acções promocionais no mercado interno-----

-----1.0 Município participará no conjunto de acções promocionais no mercado interno que, de acordo com o respectivo plano de actividades, sejam realizadas pela T-LVT.-----

-----2.Sem prejuízo do previsto no número seguinte, após a aprovação, em cada ano civil, do plano de actividades da T-LVT, as Partes acordarão quais as acções promocionais no mercado

interno em que, concretamente, o Município participará, e os moldes exactos dessa mesma participação.-----

-----3.O Município integrará, com os seus conteúdos turísticos [oferta e recursos e produtos turísticos], o stand de exposição da T-LVT presente nas edições da bolsa de turismo de Lisboa [BTL].-----

-----Cláusula oitava-----

-----Posto de turismo-----

-----A T-LVT analisará, se for esse o entendimento do Município, o conceito e o enquadramento do posto de turismo municipal, bem como o conteúdo da informação disponibilizada e veiculada, por forma a que à escala local se associe a escala regional.-----

-----Cláusula nona-----

-----Edições turísticas regionais-----

-----1.O Município participará na concepção e produção das edições turísticas regionais da responsabilidade da T-LVT, nomeadamente, fornecendo os conteúdos relativos ao Município e velando pela exactidão e justo destaque com que são referidos ou figuram nas edições.-----

-----2.A T-LVT pode, mediante expressa solicitação do Município, prestar apoio e aconselhamento técnico, no que respeita à integração e à explicitação da escala regional, das boas práticas internacionais e da eficácia de comunicação nas edições turísticas de carácter local da responsabilidade do Município.--

-----Cláusula Décima-----

-----Apoio a eventos com conteúdo turístico-----

-----1.As partes comprometem-se a co-organizar e co-financiar, sem prejuízo da participação também de terceiros na organização e financiamento, mediante acordo, a realização de um, ou mais, eventos com conteúdo turístico na área geográfica do Município.-

-----2.Após a aprovação, em cada ano civil do plano de actividades da T-LVT, as Partes acordarão, segundo um critério de custo/benefício que pondere o financiamento exigido, a notoriedade alcançada e o retorno turístico obtido, qual ou quais os eventos que, concretamente, as Partes realizarão, e as

responsabilidades exactas que cada uma assume na sua co-organização e co-financiamento.-----

-----Parte IV-----

-----Da parceria na promoção turística nos mercados externos----

-----Cláusula Décima Primeira-----

-----Acolhimento de visitas de profissionais do sector do turismo-----

-----A T-LVT compromete-se a incluir, sempre que adequado, o Município e a sua oferta, produtos e recursos turísticos, na organização e planeamento geográfico de visitas à Área Regional de Turismo e Vale do Tejo de profissionais do sector de turismo dos principais mercados emissores para Portugal, como operadores turísticos, agentes de viagens e jornalistas da especialidade.--

-----Cláusula Décima Segunda-----

-----Acções promocionais nos mercados externos-----

-----1.0 Município participará no conjunto de acções promocionais nos mercados externos que, de acordo com o respectivo plano de actividades, sejam realizadas pela T-LVT.2.Após a aprovação, em cada ano civil, do plano de actividades da T-LVT, as Partes acordarão quais as acções promocionais nos mercados externos em que, concretamente, o Município participará, e os moldes exactos dessa mesma participação.-----

-----Parte V-----

-----Da parceria no estabelecimento de outras parcerias-----

-----Cláusula Décima Terceira-----

-----Estabelecimento de parcerias com terceiros-----

-----As partes comprometem-se a promover e a coadjuvar, junto de quaisquer outras entidades, de direito público ou privado, cujos fins ou atribuições se relacionem, directa ou indirectamente, com os fins ou atribuições das Partes ou que desenvolvam iniciativas e projectos com interesse e relevância para o sector de turismo, a associação, adesão ou qualquer outra forma válida de participação da T-LVT e/ou do Município.-----

-----Parte VI-----

-----Da parceria na instalação, exploração e funcionamento da oferta turística-----

-----Cláusula Décima Quarta-----

-----Alojamento Local-----

-----A T-LVT participará, se for esse o entendimento do Município, na elaboração ou modificação de regulamentos municipais que tenham por objecto o alojamento local, visando o enquadramento da actividade e o posicionamento no mercado do alojamento local do Município em coerência com toda a Área Regional de Turismo.-----

-----Cláusula Décima Quinta-----

-----Rede de apoio ao empresário e investidor turístico-----

-----O Município integrará a rede de T-LVT de apoio ao empresário e ao investidor turístico.-----

-----Parte VII-----

-----Da parceria na formação profissional-----

-----Cláusula Décima Sexta-----

-----O Município compromete-se a prestar regularmente informação à T-LVT relativamente às necessidades locais de formação profissional no sector do turismo, tendo em vista dotar a T-LVT dos elementos necessários para promover a adequação da oferta pública de formação localizada na Área Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo à procura, quantitativa e qualitativamente, existente.-----

-----Parte VIII-----

-----Dos direitos e deveres de parceria-----

-----Cláusula Décima Sétima Direitos e deveres de parceria-----

-----Para que seja dada concretização ao conjunto de parcerias previsto nas partes I a VII do presente protocolo, as Partes obrigam-se à escrita observância dos direitos e deveres de parceria constantes das cláusulas seguintes.-----

-----Cláusula Décima oitava-----

-----Direitos-----

-----Constituem direitos das Partes no âmbito do presente protocolo de parceria: a) Formular propostas e recomendações,

quer quanto à execução substancial das parcerias quer quanto à própria metodologia e organização dos trabalhos;-----

-----b) Propor acções, iniciativas e projectos concretos, devidamente enquadrado na execução das parcerias previstas;-----

-----c) Integrar todos os grupos de trabalho que, formal ou informalmente constituídos, e independentemente da estrutura e/ou designação que lhes seja atribuída, tenham por objecto matéria alvo de parceria;-----

-----d) Participar em todas as reuniões que tenham por objecto matéria alvo de parceria;-----

-----e) Aceder a todos os documentos cuja elaboração resulte das parcerias previstas ou que sejam instrumentais e necessários à sua concretização;-----

-----f) Receber atempadamente a informação, devidamente actualizada, que seja solicitada no âmbito das parcerias previstas;-----

-----g) Fazer referencia à colaboração das Partes, pelo menos, através da inserção dos respectivos logótipos, em todas as publicações e demais documentos escritos, bem como em todas as acções, iniciativas e projectos, que resultem das parcerias desenvolvidas no âmbito do presente protocolo.-----

-----Cláusula Décima Nona-----

-----Deveres-----

-----Constituem deveres das Partes no âmbito do presente protocolo de parceria:-----

-----a) Participar de forma activa e empenhada nas parcerias previstas;-----

-----b) Dar execução, célere e completa, a todas as acções, tarefas e/ou medidas que sejam definidas/estabelecidas no âmbito das parcerias previstas;-----

-----c) Facultar todos os documentos cuja elaboração resulte das parcerias previstas ou que sejam instrumentais e necessários à sua concretização;-----

-----d) Fornecer atempadamente a informação, devidamente actualizada, que seja solicitada no âmbito das parcerias

previstas;-----

-----e) Disponibilizar, em função dos recursos existentes, os meios financeiros, físicos e humanos precisos para a execução das acções, tarefas e/ou medidas que sejam definidas /estabelecidas em concretização das parcerias previstas;-----

-----f) Manter a confidencialidade quanto às informações e documentos de natureza reservada de que venha a ter conhecimento;-----

-----g) Não exercer as suas competências legais de forma divergente, concorrente ou conflituante com o disposto no presente protocolo, nem com a execução que lhe seja dada.-----

-----Parte IX-----

-----Disposições finais e transitórias-----

-----Cláusula Vigésima-----

-----Duração-----

-----1. O presente protocolo é celebrado pelo período de 3 (três) anos e tem início na data da sua assinatura, sendo sucessiva e automaticamente renovável por iguais períodos de tempo, salvo cessação dos seus efeitos por qualquer das causas previstas no número seguinte.-----

-----2. O presente protocolo pode cessar os seus efeitos:-----

-----a) Por revogação, mediante acordo escrito das Partes;-----

-----b) Por denúncia, através de carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias relativamente ao termo do prazo inicial ou de qualquer das suas renovações;-----

-----c) Por resolução, nos termos legais, em caso de violação culposa das obrigações assumidas, e sem prejuízo de eventual direito a indemnização pelos danos sofridos.-----

-----Cláusula Vigésima Primeira-----

-----Responsáveis de parceria-----

-----1. No prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da celebração do presente protocolo, as Partes comunicarão, por escrito, a identificação e contactos dos respectivos responsáveis pelas parcerias a que se referem as partes I a VII do presente

protocolo.-----
-----2.Cabe aos responsáveis de parceria assegurar a realização completa, célere e eficiente das acções e tarefas que a parceria exija, nomeadamente, promovendo a boa colaboração entre os técnicos envolvidos e, pela via hierárquica adequada, a disponibilização pelas Partes dos meios financeiros, físicos e humanos que sejam necessários.-----
-----Outorgado em [...], a [...] de 2009, em dois exemplares, com [...] páginas." -----
-----Posta à votação o clausulado acima transcrito, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PLANO A INCLUIR NA REVISÃO DO PDM -
O senhor Presidente apresentou a Revisão do Plano Director Municipal de Almeirim - Opções Estratégicas do Plano, elaborado pela empresa Diâmetro, Estudos e Projectos, que a seguir se transcreve: "REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALMEIRIM-----
-----Opções Estratégicas do Plano-----
-----As opções estratégicas da proposta do PDM de Almeirim surgem enquadradas pelos objectivos que decorrem da aplicação do regime legal inscrito no Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro (com as alterações introduzida pelo Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro), para os Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente, os PDM's.-----
-----No âmbito da proposta do PDM de Almeirim, foram estabelecidas três grandes Linhas de Desenvolvimento Estratégico:-----
-----A) LINHA DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO - REFORÇAR O PAPEL DA ÁREA URBANA DE ALMEIRIM NO PÓLO SANTARÉM-ALMEIRIM-----
-----A ligação do aglomerado urbano "Almeirim" ao pólo urbano "Santarém" reforçou-se nos últimos anos de forma não estruturado, como consequência dos investimentos públicos na rede viária nacional.-----
-----Esta linha de Desenvolvimento Estratégico visa "dar carácter" a essa ligação, articulando de forma explícita o meio

urbano de Almeirim com o de Santarém. A linha de desenvolvimento estratégico assenta no reforço da diferenciação de Almeirim.-----

-----O PDM de Almeirim visa por isso dotar a sede de concelho de centralidade elevada no que diz respeito a equipamentos privados, nomeadamente "terceiro sector", saúde e ensino, bem como a consolidação de um tecido urbano contido, de baixa densidade e de malha tradicional, com alta qualidade ambiental e boa acessibilidade (pólo) para a rede urbana da margem esquerda do Tejo.-----

-----O carácter plano do aglomerado urbano de Almeirim proporciona de forma generalizada um tipo de acessibilidade interna pedonal ou em bicicleta que pode constituir tópico relevante na diferenciação pretendida.-----

-----As mesmas características apontam para custos de urbanização e construção moderados, que se poderão traduzir na capacidade para acolher investimentos industriais (nomeadamente no cluster agro-alimentar) e numa oferta competitiva de habitação.-----

-----B)LINHA DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO-APOIAR A VOCAÇÃO AGRÍCOLA DO CONCELHO DE ALMEIRIM-----

-----Os espaços agrícolas de alta produtividade - presentes no sector primário concelhio - tendem a recuperar o seu papel determinante, uma vez revista ou extinta a PAC em 2013.-----

-----O concelho de Almeirim, pelas suas características edafo-climáticas, fisiográficas e de acessibilidade, estará em boa posição para ver valorizados os produtos actuais e potenciais da sua agricultura e pecuária.-----

-----O PDM de Almeirim aponta por isso para uma protecção intransigente dos solos e do potencial hídrico, bem como para desincentivos ao fraccionamento rústico que gere dimensões ineficientes para a actividade agrícola. Nas zonas de pequena propriedade mas de agricultura intensiva (sequeiro ou regadio) o PDM introduz medidas que estimulem a fixação de população e contrariem a tendência de abandono da actividade.-----

-----A agricultura produtiva e consolidada (i.e., que não está à

espera de oportunidades de urbanização ou construção para maximizar o valor fundiário) poderá gerar oportunidades a jusante na transformação industrial, concentrada na sede de concelho.-----

-----C) LINHA DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO - QUALIFICAR A FUNÇÃO RESIDENCIAL NO ESPAÇO DO CONCELHO DE ALMEIRIM-----

----- Esta Linha de Desenvolvimento Estratégico visa simultaneamente tornar mais eficiente o acesso das populações a equipamentos colectivos públicos (estudando a localização destes de forma concertada com rede de transportes, mas evitando a dispersão ineficiente do esforço de investimento público), a requalificação ambiental e urbanística dos aglomerados da rede urbana do concelho e a captação de intenções de investimento em residência turística (complexos organizados com ancoras hoteleiras e desportivas/lazer, conforme previsto na Lei do Turismo) ou secundária (esta nos aglomerados reabilitados), para tirar partido da acessibilidade à área Metropolitana de Lisboa, ao pólo "Santarém" e ao campo ribatejano.-----

-----Apresentam-se, no quadro seguinte, de forma sistematizada as três linhas de Desenvolvimento Estratégico e respectivos Objectivos, definidos para o PDM de Almeirim.-----

-----Quadro I: Linhas de Desenvolvimento Estratégico e Objectivos Estratégicos do PDM de Almeirim-----

-----Linhas de Desenvolvimento Estratégico-----

-----Objectivos estratégicos do PDM de Almeirim-----

-----Reforçar o papel da área urbana de Almeirim no pólo Santarém - Almeirim-----

-----Consolidação da estrutura e da imagem urbana-----

-----Eficiência no processo de urbanização e construção (custos e tempo de licenciamento)-----

-----Diferenciação na qualidade do ambiente urbano (acessibilidade pedonal e em bicicleta)-----

-----Geração de um pólo urbano para a margem esquerda do Tejo, na longitude de Santarém-----

-----Dotação em espaço para actividades industriais e de Logística-----

-----Captação (espaço e gestão urbanística) de intenções privadas de investimento no "terceiro sector", na saúde e no ensino, que criem centralidade-----

-----Apoiar a vocação agrícola do concelho de Almeirim-----

-----Protecção dos recursos solo, água e floresta;-----

-----Desincentivo ao fraccionamento rústico para dimensões ineficientes;-----

-----Incentivo à fixação de novas gerações nas zonas agrícolas de pequena propriedade, mas com potencial produtivo;-----

-----Consolidação da zona agrícola pela definição inequívoca e estável da fronteira urbano-rural.-----

-----Qualificar a função residencial no espaço do concelho de Almeirim-----

-----Localização selectiva mas eficiente (na óptica dos utentes) de equipamentos colectivos públicos;-----

-----Requalificação urbanística e ambiental dos aglomerados de rede urbana concelhia;-----

-----Captação de intenções de investimento em residência secundária (interior dos aglomerados);-----

-----Captação de investimentos em residência secundária (interior de aglomerados);-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "Estas Linhas de Desenvolvimento Estratégico do Plano, não são mais que o decalque das grandes conclusões do PROTOVT - Plano Regional do Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, publicadas em Diário da República de seis de Agosto de dois mil e nove. Li o documento e constatei que temos o PDM mais antigo da Região.

-----A) Reforçar o Papel da Área Urbana de Almeirim no Pólo Santarém-Almeirim.-----

-----B) Apoiar a Vocação Agrícola do Concelho de Almeirim.

-----C) Qualificar a Função Residencial no Espaço do Concelho de Almeirim. Fala propriamente na captação de investimento.-----

-----Não as questiono sequer, mas não consigo entender qual é a

contribuição da Prisão de Almeirim para estas linhas de desenvolvimento estratégico. Só se for para contribuir para a `Captação de Intenções de Investimentos em Residência Secundária ou Turística.-----

----Neste momento não há legitimidade sequer para discutir com seriedade estas medidas, quanto mais para aprovar estas opções, temos eleições daqui a dois meses e por uma questão de ética não irei participar nesta decisão, se for intenção de pôr alguma coisa a votação, pelo que me ausentarei da sala durante a votação."-----

-----O Senhor Presidente pôs à votação o documento, e o Senhor Vereador Francisco Maurício ausentou-se da sala, o mesmo foi aprovado por maioria com os votos a favor da bancada do PS e o voto contra e de vencido da Senhora Vereadora Manuela Cunha que ditou a seguinte declaração de voto: "Por razões já explicadas na minha intervenção, voto contra e faço voto de vencido, pelas seguintes razões: primeiro, há mais de oito anos que a proposta de revisão do PDM está contratualizada com a Diâmetro e nunca foi apresentado a este Executivo, nem à Assembleia Municipal qualquer documento ou proposta mesmo quando a CDU o pediu por diversas vezes. Segundo, o prazo previsto no contrato com a Diâmetro, empresa a quem a maioria Socialista encomenda todos os projectos (Zona Norte, Parque Lourenço de Carvalho, PDM, Rotunda da Adega Cooperativa) sem concurso e sem informar este Executivo, já está muito ultrapassada.-----

-----Terceira, as propostas apresentadas neste documento dito estratégico, nada trazem de novo para o Concelho. Não fazem mais que repetir um conjunto de factos, por exemplo, (a vocação rural do concelho, já existente no actual PDM). De novo neste documento só temos a abertura que é feita ao ensino e à Saúde Privada.-----

-----Como a CDU considera que esta não é uma necessidade nem uma prioridade do Concelho, muito menos se estes investimentos forem em parte apoiados por dinheiros públicos, que deveriam ser canalizados para a melhoria do ensino e da Saúde Pública,

sobretudo quando esta última apresenta no Concelho uma grave deficiência.-----

-----Por tudo isto voto contra e faço voto de vencida."-----

-----Retomou o seu lugar o Senhor Vereador Francisco Maurício.--

-----**EXPEDIENTE**-----

-----GABINETE DE DEPUTADA - A Câmara tomou conhecimento do ofício da Assembleia da Republica, do Gabinete da Deputada Luísa Mesquita, dando conhecimento da pergunta formulado ao Governo relativa ao novo traçado da Linha Férrea do Norte no Concelho de Santarém.-----

-----GRUPO PARLAMENTAR - Foi presente o ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, enviando cópia da resposta Governamental à pergunta sobre Acessibilidades aos CIVER's - Concelho da Chamusca.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foi presente o requerimento de Banco Santander Totta, SA, solicitando certidão comprovativa do eventual uso do direito de preferência na venda do direito de superfície que vai fazer da fracção autónoma D, correspondente ao primeiro andar esquerdo, do bloco vinte e quatro da Rua Vinha do Santíssimo, em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não exercer o direito de preferência.---

-----PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES - O Senhor Vice Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta: "Programa OTL - Ocupação de Tempos Livres-----

-----Projecto: Movimento em colectivo 2009-----

-----Este projecto encontra-se inserido no Programa Férias Desportivas Verão - 2009, as quais começaram no passado dia 29 de Junho, destinadas a enquadrar os jovens do Concelho com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos durante o período

de férias escolares.-----

-----Neste sentido e devido ao enorme número de participantes neste programa propomos o enquadramento dos jovens, seleccionados pelo Instituto Português da Juventude, em mais três horas diárias de forma a melhorar o bom funcionamento deste processo.-----

-----O custo desta proposta será suportado pela Autarquia, sendo este valor de oitenta e quatro euros por cada jovem.-----

-----Procuramos, desta forma, a concretização de um produto com qualidade (produto este com uma importância no desenvolvimento de uma vida saudável), mas também pela dinamização das próprias instalações desportivas."-----

-----A Câmara deliberou conceder.-----

-----OFERTA DE BICICLETA - Foi presente a carta da Associação Clube dos Patolas - Associação de Defesa e Protecção dos Animais de Almeirim, solicitando a oferta de uma bicicleta destinada ao primeiro prémio de rifas a vender durante a festa do Pão Vinho e Companhia, que irá decorrer na nossa Cidade, por forma a angariar fundo para a Associação.-----

-----A Câmara deliberou conceder uma bicicleta.-----

-----TRANSPORTE GRATUITO - Foi presente a carta de CRIAL - Centro de Recuperação Infantil de Almeirim, solicitando a continuidade de transporte gratuito para a utente Ana Paula Martins, residente no Bairro S. João Baptista, em Almeirim. Mais solicitou que a autorização fosse alargada a José Manuel Santos Azevedo, residente na Rua Ernestino da Conceição Rodrigues e Carlos Manuel Correia Ribeiro, residente na Rua Fernão Lopes, também utentes da Instituição.-----

-----A Câmara deliberou conceder a utilização gratuita dos Transportes Urbanos de Almeirim, aos requeridos para o ano lectivo dois mil e nove barra dois mil e dez-----

-----PEDIDO DE APOIO - O Senhor Vereador José Carlos da Silva

apresentou o pedido da Organização do Evento em Beneficiência de Paulo Mendes, que solicita a aquisição de um palco para o espectáculo a realizar na Praça de Touros de Almeirim.-----

-----É referido pelo Vereador que o palco da Autarquia está em serviço na feira do vinho de Alpiarça, dado que tem sido pratica constante ao longo deste mandato emprestar o palco aquela localidade, e sugere a compra de trezentos bilhetes ao preço de dez euros cada como forma de apoiar o evento de solidariedade e ao mesmo tempo ajudar no aluguer de outro palco.-----

-----A Câmara deliberou adquirir trezentos bilhetes, ao preço de dez euros por bilhete, que perfaz o total de três mil euros.-----

-----ACTAS - Depois de terem sido previamente distribuídas por todos os Autarcas, foram postas à aprovação as seguintes actas:-

-----Um de Junho de dois mil e nove - Aprovada por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha porque não participou na reunião;-----

-----Quinze de Junho de dois mil e nove - Aprovada por unanimidade;-----

-----seis de Julho de dois mil e nove - Aprovada por unanimidade;-----

-----Treze de Julho de dois mil e nove - Aprovada por unanimidade;-----

-----Vinte e um de Julho de dois mil e nove - Aprovada por maioria com a abstenção da Senhora Vereadora Joana Vidinha porque não participou na reunião. A Autarca pergunta à Senhora Vereadora Manuela Cunha o porquê de esta ter afirmado o valor de cinco mil euros anuais no subsídio atribuído ao Orfeão de Almeirim, e explica que esta colectividade apenas recebe quinhentos euros mensais.-----

-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente a todas as actas aprovadas, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e não é essencial às deliberações, nos termos do nº. 1 do Artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----

-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada."-----

-----**PERÍODO DO PUBLICO**-----

-----No período do público usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim que disse: "Estive atentamente a assistir a toda esta reunião na qualidade de cidadão, e tenho a dizer o seguinte: Foi aí referido um pedido para um espectáculo beneficência a Paulo Mendes, que faleceu vítima de acidente de trabalho na Compal. Quero pergunta ao Senhor Vereador José Carlos, a que é que se destina a receita proveniente da festa. Tenho a afirmar que na qualidade de Presidente da Junta de Fazendas de Almeirim recebi uma notificação do Tribunal de Trabalho para averiguar quem eram os legítimos herdeiros do falecido, e averigui que era divorciado e que tinha uma filha menor como única herdeira. Segundo o que me informaram a Compal disponibilizou-se para pagar todas as despesas do funeral, mas se assim não fosse a Junta está sempre disponível para participar com apoio, quando solicitado a quem necessite."-----

-----Usou também da palavra o Senhor Manuel Lucas que disse: "Chamo a atenção para o seguinte: trabalho como voluntário da Quinta da Feteira e há dias um indivíduo marcou almoço para quatro mil pessoas. O Restaurante confeccionou comida para aquele número de criaturas, mas quando foi o dia marcado só apareceram quinhentas, estragou-se e sobrou muita comida, e até esta data ainda está por pagar a conta. Anda por aí muita gente a enganar uns e outros." -----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezasseis horas e quarenta e um minutos o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim,
elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

-----Presidente da Câmara, A Assistente Administrativa
